

ACTA N.º 19/2010

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7.SETEMBRO.2010

----- Aos sete dias do mês de Setembro de dois mil e dez, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, António Henrique Fernandes Cruz e Manuel Artur de Almeida Miler.-----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- Faltou a Vereadora senhora Susana Andrea Oliveira e Silva.-----

----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- O Vereador senhor Artur Miler pediu a palavra para:-----

----- 1. Relativamente à ETAR da Ribeira, referir que acabou de passar no local e verificou que persiste o mau cheiro proveniente do equipamento.-----

----- 2. Perguntar qual o ponto de situação em relação à ocupação da ala do Mosteiro onde estava instalada a Zona Agrária;-----

----- 3. Perguntar em que estado se encontra a projectada instalação de uma central de Biomassa no lugar do Arreção;-----

----- 4. Reiterar a sugestão para que seja deslocalizado o abrigo de passageiros situado no lugar da Bouça, freguesia de Chave, de modo a permitir que os autocarros parem fora da faixa de rodagem;-----

----- 5. Sugerir que quando existirem repavimentações em estradas nacionais que atravessem zonas urbanas, haja a preocupação de não elevar a cota do pavimento existente por forma a não prejudicar o acesso às habitações;-----

----- 6. Perguntar se a Câmara, mercê de Arouca ter o seu Geoparque, mercê do projecto que se pretende implantar nas margens do Rio Paiva, pensou em lutar por que fosse criado um polis rios em conjunto com outros municípios confinantes com o Rio Paiva;-----

----- À primeira questão a Vereadora senhora Isabel Vasconcelos respondeu que houve um problema com o decantador, facto que levou a que as lamas tenham permanecido à superfície e não no fundo do tanque, estando agora a ser bombadas para o segundo tanque, numa tentativa para solucionar o problema. Disse ainda que foram detectadas descargas na rede de esgotos ao que tudo indica provenientes de vacarias que, por não estarem devidamente maturados, afectaram o bom funcionamento do equipamento, problema que está a ser acompanhado com os devidos cuidados, em diálogo com os proprietários das explorações agrícolas.-----

----- Às restantes questões o senhor Presidente respondeu que:-----

07.09.2010

-----2. Lhe parece que a instalação da Pousada que estava prevista dificilmente irá ocorrer. Que, entretanto, está a ser elaborado um plano de acção, em colaboração com a Direcção Regional de Cultura, tendo em vista a instalação de um Centro Cultural que possa albergar, entre outros, a Academia de Música, com aproveitamento da área da cerca para a realização de actividades de lazer, sem prejuízo de se preverem algumas unidades de alojamento que possam ser utilizadas no âmbito de acções de carácter cultural.-----

-----3. O processo se encontra num impasse, estando a entidade investidora a aguardar a definição de novas tarifas para a venda da energia ali produzida, sem as quais, dizem, o investimento não será vantajoso.

-----4. Vai ordenar aos serviços que analisem o problema; -----

-----5. As repavimentações nas estradas nacionais são da responsabilidade da empresa Estradas de Portugal, entidade que obrigatoriamente tem de compatibilizar os acessos com as cotas que resultarem das repavimentações;-----

-----6. O projecto que está pensado para as margens do Rio Paiva se reveste de um verdadeiro polis rios, ainda que seja efectuado no âmbito do Prover, programa que está a ser coordenado pela ADRIMAG, entidade a quem pertencem também outros municípios confinantes com o Rio Paiva.-----

-----O Vereador senhor António Cruz pediu a palavra para: -----

-----1. Dizer que a invocação do polis rios por parte do PSD se tratou apenas de um aproveitamento político de uma boa ideia do PS.-----

-----2. Perguntar sobre o ponto da situação quanto à integração do município de Arouca nas empresas multimunicipais que vão gerir os sistemas de água e saneamento; -----

-----3. Referir que existe um projecto para a construção de uma capela nova no lugar de Ponte de Telhe e sugerir que a Câmara adquira o terreno confinante para a criação de uma praia fluvial; -----

-----4. Dizer que teve oportunidade de visitar o pólo escolar do Burgo e expressar os seus parabéns pela qualidade daquele equipamento. -----

-----Em consequência do que o Vereador senhor António Cruz disse no primeiro ponto, o senhor Vereador Artur Miler replicou que a Câmara demonstra desconhecer o projecto Polis Rios que está implantado no rio Tejo e manifestou o seu descontentamento pelo facto do projecto que está a ser promovido pela Câmara de Arouca não integrar um Polis Rios no norte, que englobasse pelo menos o Rio Paiva. -----

-----Às restantes questões suscitadas pelo senhor Vereador António Cruz, o senhor Presidente respondeu que: -----

-----2. A entrada em funcionamento das empresas multimunicipais tem sido condicionada pela impossibilidade da empresa Águas de Portugal subscrever os capitais sociais por força das obrigações que

07.09.2010

resultam do Plano de Estabilidade e Crescimento, problema que parece ter ficado resolvido recentemente, segundo o que foi noticiado na comunicação social;-----

----- 3. Já foi tentado um acordo com os proprietários do terreno, que não foi conseguido por impossibilidade absoluta de satisfazer as suas exigências.-----

----- 4. Agradece os parabéns.-----

----- Seguidamente o senhor Presidente informou o executivo que os pólos escolares do Burgo e de Escariz serão inaugurados no dia 5 de Outubro, no âmbito das comemorações do Centenário da República e deu conhecimento de que na próxima quinta-feira se deslocará a Angola em representação do Município, a convite do presidente do conselho de administração do Banco BIC Angola e BIC Portugal.-----

----- **II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **01. ACTA:**-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a acta número 19/2010, relativa à reunião ordinária de 17 de Agosto findo.-----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la. -

----- **02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

----- Foram presentes à consideração da Câmara as cartas do Vereador senhor Artur Miler a solicitar a justificação das suas faltas às reuniões ordinárias de 3 e 17 de Agosto.-----

----- Aquando da apresentação deste assunto aquele senhor Vereador informou o senhor Presidente que, por nele ter interesse, deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação.-----

----- Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar aquelas faltas justificadas.-----

----- **03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:**-----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 169, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €916.161,67 (novecentos e dezasseis mil cento e sessenta e um euros e sessenta e sete centimos) correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respectivamente, €340.571,28 (trezentos e quarenta mil quinhentos e setenta e um euros e vinte e oito centimos) e €575.590,39 (quinhentos e setenta e cinco mil quinhentos e noventa euros e trinta e nove centimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 3.ª REVISÃO:**-----

07.09.2010

-----Foi presente à consideração da Câmara a 3.ª revisão às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, mediante a qual se procede à inclusão de um novo projecto, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal. -----

-----05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 15.ª E 16.ª ALTERAÇÕES:-----

-----Foram presentes à consideração da Câmara as 15.ª e 16.ª alterações às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruídas com os mapas discriminativos dos projectos/acções a alterar, resultando da primeira a diminuição da dotação global definida no valor de €18.200,00 (dezoito mil e duzentos euros) e da segunda o reforço da mesma dotação global no valor de €163.938,00 (cento e sessenta e três mil novecentos e trinta e oito euros), documentos que se dão aqui como reproduzidos e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar os documentos que antecederem.-----

-----06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO - 16.ª E 17.ª ALTERAÇÕES: -----

-----Foram presentes as 16.ª e 17.ª alterações ao Orçamento para o ano em curso, acompanhadas dos mapas de discriminação respectivos, em que são reforçadas várias rubricas com os valores globais de, respectivamente, €106.000,00 (cento e seis mil euros) e €163.938,00 (cento e sessenta e três mil novecentos e trinta e oito euros), documentos que se dão aqui como reproduzidos e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar os documentos que antecede.-----

-----07. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE DOIS TRABALHADORES NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL - CANALIZADOR, EM REGIME DE CTI: -----

-----Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de dois trabalhadores na carreira/categoria de assistente operacional – canalizador, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta que antecede, abstendo-se o Vereador senhor Artur Miler. -----

07.09.2010

----- 08. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE QUATRO TRABALHADORES NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL - JARDINEIRO, EM REGIME DE CTI: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de quatro trabalhadores na carreira/categoria de assistente operacional – jardineiro, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta que antecede, abstando-se o Vereador senhor Artur Miler.-----

----- 09. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ENGENHEIRO CIVIL - EM REGIME DE CTI: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior – engenheiro civil, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta que antecede, abstando-se o Vereador senhor Artur Miler.-----

----- 10. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE CINCO TRABALHADORES NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – AUXILIAR DE LIMPEZA, EM REGIME DE CTI: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de cinco trabalhadores na carreira/categoria de assistente operacional – auxiliar de limpeza, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta que antecede, abstando-se o Vereador senhor Artur Miler.-----

-----11. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – TRABALHO SOCIAL, EM REGIME DE CTI:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior – trabalho social, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta que antecede, abstendo-se o Vereador senhor Artur Miler. -----

-----12. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, EM REGIME DE CTI:-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de assistente operacional – auxiliar administrativo, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta que antecede, abstendo-se o Vereador senhor Artur Miler. -----

-----13. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - DESPORTO, EM REGIME DE CTI: -----

-----Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior – desporto, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta que antecede, abstendo-se o Vereador senhor Artur Miler. -----

----- 14. PESSOAL/PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE UM TRABALHADOR NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - SOCIOLOGIA, EM REGIME DE CTI:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta do senhor Presidente no sentido de que seja autorizada a abertura de procedimento concursal para recrutamento excepcional de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior – sociologia, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTI), nos termos do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar a proposta que antecede, abstenendo-se o Vereador senhor Artur Miler. -----

----- O Vereador senhor Artur Miler justificou as suas abstenções neste ponto e nos pontos imediatamente precedentes com a seguinte declaração: -----

----- “Abstenho-me porque não sou Vereador executivo e, por isso mesmo, não tenho a percepção exacta das reais necessidades do município na manutenção ou eventual possibilidade de prescindir deste tipo de contratos”. -----

----- 15. ENSINO BÁSICO/PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LECTIVO 2010/2011 – PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ESCARIZ – MINUTA: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a minuta do protocolo a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Escariz com vista ao estabelecimento dos termos e condições em que as duas partes se comprometem a garantir o fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º CEB e Pré-Escolar do Pólo Escolar de Escariz, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.--

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. ----

----- 16. ENSINO BÁSICO/PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LECTIVO 2010/2011 – PROTOCOLO COM ASSOCIAÇÕES DE PAIS – MINUTA: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a minuta do protocolo a celebrar entre o Município e associações de pais de escolas do primeiro ciclo tendo em vista o estabelecimento dos termos e condições em que as duas partes se comprometem garantir o fornecimento de refeições escolares a alunos de estabelecimentos de ensino do concelho do 1.º CEB, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

07.09.2010

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

-----17. ENSINO BÁSICO/CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO — CONSTITUIÇÃO:-----

-----Pela Vereadora senhor Margarida Belém foi presente a seguinte proposta:-----

-----“O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.-----

-----De acordo com o Artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro de 2003, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, rectificada pela Declaração de Rectificação nº 13/2003, de 11 de Outubro de 2003 e do regimento do Conselho Municipal de Educação, propõe-se a sua seguinte composição:-----

-----1 – Integrar o Conselho Municipal de Educação:-----

-----a) Presidente da Câmara Municipal – **José Artur Tavares Neves**-----

-----b) Presidente da Assembleia Municipal – **Jorge Manuel dos Santos Oliveira**-----

-----c) Vereador responsável pela Educação – **Margarida Maria Sousa Correia Belém**-----

-----d) Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho – **Mário Rui Brandão de Almeida, presidente da Junta de Freguesia de Várzea**-----

-----e) Director Regional de Educação com competências na área do município ou quem este designar em sua substituição – **Ermelinda Ferreira dos Santos**-----

-----2 – Integrar ainda o Conselho Municipal de Educação os seguintes representantes:-----

-----a) Representante do pessoal docente do ensino secundário público – **Amélia Rodrigues**-----

-----b) Representante do pessoal docente do ensino básico público – **Rui Pedro Quaresma Azevedo**-----

-----c) Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública – **Filomena Maria Gonçalves Brito**-----

-----d) Representantes das associações de pais e encarregados de Educação (2) – **Vitor Mendes, da escola EB 2,3 Arouca, e Francisco Oliveira, da escola EB 2,3 Escariz**-----

-----e) Representante das associações de estudantes – **Filipe Saavedra**-----

-----f) Representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam actividades na área da educação – **Maria José Martingo, representante do Centro Promoção Rainha Santa Mafalda**-----

-----g) Representante dos serviços públicos de saúde – **Maria Barbara Pereira Jaques Silva**-----

07.09.2010

----- h) Representante dos serviços da Segurança Social – **Maria José Pereira S. Almeida Pinto**-----

----- i) Representante dos serviços de emprego e formação profissional – **Maria Helena Nunes Bessa**-----

----- j) Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto – **Luís Fardilha**-----

----- l) Representante das forças de segurança – **Octávio Adelino Carvalho Fernandes**” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta e mandar submete-la à consideração da Assembleia Municipal.-----

----- 18. ENSINO BÁSICO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CEB - ANO LECTIVO 2010/2011 – ADJUDICAÇÃO:-----

----- Foram presentes à consideração da Câmara as propostas concorrentes ao concurso público para adjudicação da prestação de serviços em epígrafe, acompanhadas do relatório do júri que procedeu à sua análise. -----

----- Face às conclusões do referido júri, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, adjudicar aquela prestação de serviços à concorrente EUREST – Sociedade Europeia de Restaurantes, Ld.ª, pelo valor proposto de €1,76 por refeição, perfazendo um valor total estimado de €190.036,00 (cento e noventa mil e trinta e seis euros). -----

----- 19. ENSINO BÁSICO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DA POPULAÇÃO ESCOLAR - ANO LECTIVO 2010/2011 – ADJUDICAÇÃO: -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara as propostas concorrentes ao concurso público para adjudicação da prestação de serviços em epígrafe, acompanhadas do relatório do júri que procedeu à sua análise. -----

----- Face às conclusões do júri referido, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade: -----

----- a) adjudicar: -----

----- O circuito n.º 1 – **Regoufe, Covelo de Paivó, Telhe, Ponte de Telhe, Arouca, Regoufe** – à concorrente Cambratur - Agência de Viagens e Turismo, Ld.ª, pelo valor diário proposto de €100,00 (cem euros); -----

----- O circuito n.º 2 – **Bustelo, Adaúfe, Granja, Espinho, Porto Escuro, Bustelo** – à concorrente António Atalaia - Viagens e Turismo, Ld.ª, pelo valor diário proposto de €30,00 (trinta euros); -----

----- O circuito n.º 3 – **Albergaria da Serra, Merujal, EB1 de Provesende, Albergaria da Serra** – à concorrente Maria de Fátima Fernandes, Unipessoal, Ld.ª, pelo preço diário proposto de €14,50 (catorze euros e cinquenta cêntimos); -----

07.09.2010

-----O circuito n.º **4 – Albergaria da Serra, Mizarela, Merujal, Arouca, Provesende, Albergaria da Serra** - à concorrente Maria de Fátima Fernandes, Unipessoal, Ld.^a, pelo preço diário proposto de €50,00 (cinquenta euros);-----

-----O circuito n.º **5 – S. Mamede, Celada, Monte Moção, Ribeiro Grande, Parada, Fundo do Arreçao, Pé de Monte, Mouras, Novais, Bonjardim, Boavista, Malhadoura, Arouca** – à concorrente Caima Transportes, S. A., pelo valor diário proposto de €160,00 (cento e sessenta euros);-----

-----O circuito n.º **6 – Folgozinho, Fim-de-Vila, EB1 S. João, Folgozinho** – ao consórcio constituído por Táxis Feiteira, Ld.^a e Táxis Miguel & Correia, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €40,00 (quarenta euros);----

-----O circuito n.º **7 – Cabreiros, Tebilhão, Arouca, Cabreiros** – à concorrente Mais Além Cooperativa de Serviços, CRL, pelo valor diário proposto de €25,00 (vinte e cinco euros);-----

-----O circuito n.º **9 – Penso, Arouca, Penso** – à concorrente António Atalaia – Viagens e Turismo, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €5,00;-----

-----O circuito n.º **10. – Juntas, EB2,3 Escariz, Juntas** – à concorrente J. Damásio & Amorim, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €11,90 (onze euros e noventa centavos);-----

-----O circuito n.º **11 – Lameira Branca, Vér, Lameira Branca** - à concorrente J. Damásio & Amorim, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €11,90 (onze euros e noventa centavos);-----

-----O circuito n.º **12 – Covalquente, Cruz das Eiras, Carvalhal Redondo, EB1 Mosteirô, Covalquente** – à concorrente José Gonçalves Oliveira, Ld.^a, pelo valor proposto de €34,90 (trinta e quatro euros e noventa centavos);-----

-----O circuito n.º **13 – Gamarão de Cima, Gamarão de Baixo, Mealha, EB1 Canelas, Gamarão de Cima** – à concorrente Cambratur – Agência de Viagens e Turismo, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €75,00 (setenta e cinco euros);-----

-----O circuito n.º **14 – Vilarinho, Estreitinha, EB 1 Canelas, Vilarinho** – à concorrente António Augusto de Almeida, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €22,00 (vinte e dois euros);-----

-----O circuito n.º **16 – Silveiras, Covelo de Paivó, Rio de Frades, Boucegedim, EB1 Ponte de Telhe, Silveiras** – ao concorrente José António da Costa Martins, pelo valor diário proposto de €43,00 (quarenta e três euros);-----

-----O circuito n.º **17 – Ameixieira, Santa Maria do Monte, Sá, EB1 Boavista, Ameixieira** – à concorrente Cambratur – Agência de Viagens e Turismo, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €29,00 (vinte e nove euros).-----

-----O circuito n.º **18 – Presa, EB1 Boavista, Presa** – ao concorrente Carlos Almeida Brandão, pelo valor diário proposto de €12,80 (doze euros e oitenta centavos);-----

07.09.2010

----- O circuito n.º **19 – Espinho, Bustelo, EB1 Paços, Espinho** – à concorrente Cruzar Etapas – Transportes, Unipessoal, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €18,39 (dezoito euros e trinta e nove cêntimos); -----

----- O circuito n.º **20 – Friães, Fuste, EB1 Paços, Fuste** – à concorrente Mais Além – Cooperativa de Serviços, CRL, pelo valor diário proposto de €16,00 (dezasseis euros); -----

----- O circuito n.º **21 – Lourosa de Matos, EB1 Urrô, Lourosa de Matos** – ao concorrente Carlos Almeida Brandão, pelo valor diário proposto de €18,80 (dezoito euros e oitenta cêntimos); -----

----- O circuito n.º **23 – Forcada, Porto Escuro, Lourosa de Campos, Figueiredo, Pólo Escolar do Burgo, Forcada** – à concorrente Cambratur – Agência de Viagens e Turismo, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €34,00 (trinta e quatro euros); -----

----- O circuito n.º **25 – Quintela, EB1 Tojal, Quintela** – à concorrente Táxis Miguel & Correia, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €10,85 (dez euros e oitenta e cinco cêntimos); -----

----- O circuito n.º **26 – Soutelo, EB1 Tojal, Soutelo** – à concorrente Táxis Miguel & Correia, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €10,85 (dez euros e oitenta e cinco cêntimos); -----

----- O circuito n.º **27 – Lázaro, Baloca, Viso, EB1 Belece, Lázaro** – à concorrente José Gonçalves Oliveira, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €84,90 (oitenta e quatro euros e noventa cêntimos). -----

----- O circuito n.º **29 – Nabais, Caçus, Pólo Escolar de Escariz, Nabais** – à concorrente J. Damásio & Amorim, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €29,80 (vinte e nove euros e oitenta cêntimos); -----

----- O circuito n.º **30 – Reguengos, Marecos, Sá, Arouca, Reguengos** – à concorrente Cruzar Etapas – Transportes, Unipessoal, Ld.^a, pelo valor diário proposto de €22,00 (vinte e dois euros); -----

----- O circuito n.º **31 – Vila Viços, Canelas EB1, Vila Viçosa** – ao concorrente Manuel da Silva Esteves, pelo valor diário proposto de €20,00 (vinte euros); -----

----- O circuito n.º **32 – Mealha, Arouca, Mealha** – ao concorrente Manuel da Silva Esteves, pelo valor diário proposto de €18,00 (dezoito euros). -----

----- b) não adjudicar os circuitos número **8 (Serabigões, Vila Cova, Serabigões)**, número **22 (Souto Redondo, Póvoa Reguenga, EB1 Provesende, Souto Redondo)** e número **24 (Telhe, EB1 Ponte de Tellhe, Telhe)** por o concurso, na parte que lhes respeita, ter ficado deserto. -----

----- **20. CULTURA/BANDA MUSICAL DE FIGUEIREDO – CEDÊNCIA DE ESCOLA:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a carta registada sob o número 1.515, em 16 de Fevereiro findo, da Banda Musical de Figueiredo, a solicitar a cedência do edifício da escola de Porto Escuro para nele instalar a sua sede e sala de ensaios. -----

07.09.2010

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ceder aqueles edifícios, para o fim pretendido, em regime de comodato, pelo prazo de dois anos, renovável automaticamente por iguais períodos, e nas demais condições que venham a ser estabelecidas no respectivo contrato. -----

**-----21. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE AROUCA –
REGULAMENTO – ALTERAÇÃO: -----**

-----Pela Vereadora senhor Margarida Belém foi presente a seguinte proposta: -----

-----“Propõe-se que ao capítulo V do Regulamento em epígrafe seja editado o seguinte artigo: -----

-----Art.º 21.º - A-----

-----Isenções -----

-----1 – Para além das isenções previstas no regulamento e tabela de taxas gerais em vigor do Município, poderá a Câmara Municipal isentar do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, total ou parcialmente: -----

-----a) Crianças e jovens, a solicitação do respectivo estabelecimento de ensino;-----

-----b) Utentes integrados em acções ou programas promovidos pela autarquia ou realizados com a sua colaboração. -----

-----2 – É aplicável ao pedido e à respectiva decisão o procedimento previsto no regulamento e tabela gerais” -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta e mandar submete-la à aprovação da Assembleia Municipal. -----

**-----22. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/ PISCINAS MUNICIPAIS DE ESCARIZ – REGULAMENTO
– ALTERAÇÃO: -----**

-----Pela Vereadora senhor Margarida Belém foi presente a seguinte proposta: -----

-----“Propõe-se que ao capítulo V do Regulamento em epígrafe seja editado o seguinte artigo: -----

-----Art.º 21.º - A-----

-----Isenções -----

-----1 – Para além das isenções previstas no regulamento e tabela de taxas gerais em vigor do Município, poderá a Câmara Municipal isentar do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, total ou parcialmente: -----

-----a) Crianças e jovens, a solicitação do respectivo estabelecimento de ensino;-----

-----b) Utentes integrados em acções ou programas promovidos pela autarquia ou realizados com a sua colaboração. -----

----- 2 – É aplicável ao pedido e à respectiva decisão o procedimento previsto no regulamento e tabela gerais” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta e mandar submete-la à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **23. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/FUTEBOL CLUBE DE AROUCA – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO:** -----

----- Foi presente a carta registada sob o número 6.020, em 30 de Agosto findo, do Futebol Clube de Arouca, a solicitar a cedência de equipamento da Câmara para a construção da base necessária à colocação de relva sintética no campo Afonso Pinto de Magalhães, de forma a dotar aquele recinto desportivo de melhores condições de utilização por parte das camadas jovens do clube. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido. -----

----- **24. ACÇÃO SOCIAL/PRESTAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL – CONCESSÃO:** -----

----- Foram presentes à consideração da Câmara os seguintes pedidos de concessão de prestações de natureza social: -----

----- Registo n.º 4.774, de Maria da Conceição Correia da Costa, residente em Miraves, Chave, a solicitar a reavaliação do seu pedido de concessão de apoio para a compra de materiais de construção para a sua habitação. -----

----- Registo n.º 4.793, de Manuel António, residente na Rua Mouzinho da Silveira, nesta vila, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a realização das obras necessária à ligação da sua habitação à rede de esgotos; -----

----- Registo n.º 5.709, de Laurinda Teixeira Pinto Barbosa, residente em Vila Cova, Espiunca, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a aquisição dos manuais escolares para o seu educando Paulo Jorge bem como a comparticipação nas suas despesas com os transportes escolares. -----

----- Registo n.º 5.030, de Maria Helena Teixeira de Melo Paiva, residente no lugar e freguesia de Espiunca, a solicitar a comparticipação da Câmara na totalidade dos custos dos transportes escolares do seu educando Alexandre Rafael. -----

----- Registo n.º 5.170, de Maria Helena da Silva Gomes Almeida, residente em Souto Redondo, Urrô, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com os transportes escolares do seu educando Bruno Miguel; -----

----- Registo n.º 5.861, de Maria da Glória Vieira Rodrigues, residente em Vide, Espiunca, a solicitar a comparticipação da Câmara nas despesas com os transportes escolares das suas educandas Sandra Lúcia e Fátima Sofia; -----

07.09.2010

-----Registo n.º 5.169, de Paula Alexandre Nogueira da Silva, residente em Santo António, Santa Eulália, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com os transportes escolares dos seus educandos Maria João e Marco; -----

-----Registo n.º 5.905, de Ana Cláudia Henriques da Silva, residente em Gestosa, Escariz, a solicitar a comparticipação da Câmara nas despesas com o transporte da sua filha Susana para o Jardim de Infância de Escariz;-----

-----Registo n.º 4.820, de Maria Alice da Conceição Moreira, residente em Vale de Lameiro, Escariz, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com o transporte escolar do seu educando Manuel António; -----

-----Registo n.º 5.764, de Palmira Moreira Rodrigues, residente em S. Pedro, nesta vila, a solicitar o apoio para o transporte do seu educando Guilherme desde a sua residência até à escola;-----

-----Registo n.º 5.962, de Fernanda Maria Mendes dos Santos, residente em Casais, Alvarenga, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com os transportes escolares do seu educando Guilherme;

-----Registo n.º 5.377, de Gracinda Silva Correia de Sousa, residente em Bouça, Mansores, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com o transporte escolar da sua educanda Catarina; -----

-----Registo n.º 5.969, de Manuel Figueiredo Paiva, residente em Mosteirô, Fervedo, a solicitar que a Câmara assegure o transporte escolar da sua educanda desde a residência até à paragem de autocarro; -----

-----Foram ainda presentes os relatórios sociais dos agregados familiares dos munícipes abaixo identificados, tendo em vista a concessão de prestações sociais para os fins também a seguir indicados:-----

-----De Maria Alice Jesus Moreira, residente em Pinheiro, nesta vila, para apoio na subsistência diária;

-----De Maria da Conceição Pinho Pereira, residente em Boucegedim, Moldes, para a comparticipação da Câmara nos encargos com o transporte escolar da sua educanda Beatriz.-----

-----Os pedidos e aqueles relatórios sociais foram analisados pela comissão criada por deliberação tomada na reunião de 17 de Novembro de 2009, tendo esta elaborado a proposta que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede.-----

-----25. HABITAÇÃO/HABITAÇÃO SOCIAL DE S. PEDRO - RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO: -----

-----Na reunião de 18 de Maio último a Câmara deliberou resolver o contrato de arrendamento celebrado com a senhora Maria do Céu Soares de Almeida relativo ao fogo número oito da habitação social de S. Pedro, nesta vila, pelo facto de a arrendatária se encontrar a residir no estrangeiro há alguns anos. -----

07.09.2010

----- Na sequência da notificação para que procedesse à desocupação da habitação, veio a arrendatária expor e, a final, requerer que sejam ordenadas “as diligências tendentes à revogação, por falta de fundamento fáctico e legal, da referida deliberação”. -----

----- Alega, no essencial, que não obstante ter domicílio profissional em França, a sua residência e a do seu agregado familiar é a habitação de S. Pedro. Refere ainda que, por força do regime jurídico actual, não é exigido agora a “residência permanente” do arrendatário mas tão só “o não uso do locado por mais de um ano”, facto não se verificou quer pelo seu uso, designadamente durante o mês de Maio de 2009, quer pelo uso ininterrupto pelo seu irmão (alínea d), n.º 2, do art.º 1.083, alínea c), n.º 2, do artigo 1.072 e n.º 1, do artigo 1.093, todos do Código Civil). -----

----- De acordo com o parecer dos serviços jurídicos do Município, assiste razão à exponente quanto aos fundamentos de direito em que assentou a deliberação. Porém, no que se refere ao agregado familiar, dizem os mesmos serviços que o irmão da exponente nunca integrou o agregado familiar por ela declarado até a Abril do ano corrente, pelo que se pode concluir que a exponente sempre prestou falsas declarações ou, então, o irmão usou a habitação em regime de hospedagem ou de cedência a qualquer outro título, factos que constituem fundamento para a resolução do contrato, nos termos do n.º 5, art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, e do número 2 da cláusula 5.ª e cláusula 8.ª do contrato de arrendamento. -----

----- Concluem os mesmos serviços que existe assim fundamento para a resolução do contrato, não havendo, por isso, motivo para a revogação da deliberação mas à sua rectificação do fundamento legal aí invocado. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, manter a deliberação tomada com a rectificação dos fundamentos de direito que a sustentaram, nos termos e com os fundamentos da informação prestada pelos serviços jurídicos. -----

----- 26. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA PARA A QUALIFICAÇÃO DO TECIDO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE AROUCA - RELATÓRIO FINAL:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara o relatório final relativo à “elaboração de uma estratégia para a qualificação do tecido industrial do Município de Arouca”. -----

----- Face à informação da DP, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele estudo. -----

----- 27. REDE VIÁRIA/CONSTRUÇÃO DA VIA DE LIGAÇÃO DA EN 326/EN 224 A MURÇA E DE ROTUNDA NO AREEIRO - EXPROPRIAÇÃO DE TERRENO: -----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

07.09.2010

-----“A Câmara Municipal de Arouca, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art.º 64º, n.º 7, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18/09 e de acordo com o preceituado no art.º 10.º do Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99, de 18/09, delibera requerer a declaração de utilidade pública com carácter de urgência, da expropriação da parcela de terreno com a área de 1.148 m2 a desanexar do prédio rústico, sito no lugar de Arieiro, freguesia de Santa Eulália e concelho de Arouca, descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 380/19910703 e inscrito na matriz predial sob o número 2956, parcela essa que confronta do norte com caminho, do sul com estrada nacional, nascente com o próprio e poente com José Ferreira Gomes, e encontra-se inserida no Plano Director Municipal, cuja revisão foi publicada pelo Aviso n.º 21653/2009, de 30/11 em solo urbano e afecta, por força do Plano Urbanização, cuja revisão foi ratificada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/2007, de 17108, à construção da via de ligação da EN326/EN224 a Murça-via nascente e parte de uma rotunda a executar na sua intersecção com a EN326/EN224, sendo que o projecto mantém o traçado que se encontra representado nesse plano. -----

-----A dita parcela é pertença de Maria Teresa Brito de Noronha Santiago, casada no regime de comunhão de adquiridos com Lourenço dos Santos Santiago, residente na Rua Eça de Queirós, n.º 46, freguesia e concelho de S. João da Madeira. -----

-----O pedido será feito com os seguintes fundamentos: -----

-----1- A parcela de terreno a expropriar destina-se à construção da via de ligação da EN326/EN224 a Murça e parte da rotunda a executar junto à sua intersecção com a E.N.326/EN224. -----

-----2- Com este projecto visa-se criar um acesso condigno a alguns lugares da freguesia de Santa Eulália, dado que o actual é muito estreito e intersecta a estrada nacional junto a uma curva ou seja, num local sem visibilidade. -----

-----3- Acrescendo que, nesse mesmo local, circulam diariamente mais de 6000 veículos. -----

-----4 - E que o trânsito na estrada nacional, devido à inclinação prolongada do perfil longitudinal da via para os veículos que circulam no sentido Arouca/Vale de Cambra e ao conforto do piso do tapete betuminoso, atinge velocidades elevadas. -----

-----5 - Tendo-se registado durante o ano de 2009, no local em causa, 11 acidentes e até meados do corrente ano, verificaram-se 3. -----

-----6 - Sendo, assim, clara a urgência na execução da via e respectiva rotunda de forma a diminuir os riscos de acidentes e permitir uma maior fluidez e ordenamento do trânsito. -----

-----7 - Para além de dotar a população dos lugares por onde a mesma vai passar de uma estrada onde possam circular em segurança e com as devidas condições uma vez que, o caminho que possuem actualmente tem apenas cerca de 3 metros de largura. -----

07.09.2010

----- 8 - Aliás, é o próprio artigo 103.º da Lei n.º 2110, de 19 de Agosto de 1961, que preceitua que ‘as expropriações de bens imóveis para a construção, alargamento ou melhoramento de vias municipais consideram-se urgentes.’-----

----- 9 - Por tudo isto, a Câmara Municipal fez incluir nas Grandes Opções do Plano de Actividades para 2010 as ditas obras.-----

----- De acordo com a avaliação levada a efeito por perito oficial, devidamente documentada no respectivo relatório, o montante dos encargos a suportar com a expropriação é de 33.700 € (trinta e três mil e setecentos euros).”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta e mandar submete-la à consideração da Assembleia Municipal.-----

----- 28. REDE VIÁRIA/VIA DE LIGAÇÃO DA EN 326/224 E MURÇA – VIA NASCENTE – PROJECTO DE EXECUÇÃO DE ARQUITECTURA: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o projecto de execução de arquitectura relativo à Via de Ligação da EN 326/224 e Murça – Via nascente.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projecto. -----

----- 29. REDE VIÁRIA/LIGAÇÃO DA VIA ESTRUTURANTE À E. N. 326 – AQUISIÇÃO DE TERRENO – PAGAMENTO: -----

----- Por escritura exarada nas notas privativas desta Câmara em 7 de Fevereiro de 2005, a folhas 49 e seguintes do livro n.º 22, o senhor Adriano Marques Ferreira e esposa, Deolinda Alves de Pinho, cederam ao Município o seu prédio rústico sito no lugar de Valdasna, para ser integrado na estrada de ligação da Via Estruturante à E. N. 326, tendo, como contrapartida, o município cedido àqueles um lote de terreno para construção urbana, de um futuro loteamento que o município levará a efeito no prédio urbano sua propriedade, sito em Cerrado de Penso, freguesia do Burgo, ficando a escritura necessária à efectiva eficácia da transmissão desse lote de ser realizada após o registo da inscrição definitiva da operação de loteamento na competente Conservatória do Registo Predial.-----

----- Porém, foi ainda acordado que, se por algum motivo, o município não chegasse a concluir a operação de loteamento ou se não ultimasse as formalidades legais necessárias ao registo do lote em causa no prazo de cinco anos a contar da data da celebração da escritura, o município obrigava-se a pagar aos referidos Adriano e esposa, a título de cláusula penal e de compensação pela cedência do seu prédio, a importância de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros) actualizável de acordo com os coeficientes de desvalorização da moeda a que alude o artigo 50.º do Código do IRS.-----

07.09.2010

-----Ultrapassado que está o referido prazo de cinco anos, vêm os cedentes particulares, pelas cartas registadas sob os números 1.937, em 12 de Março findo, e 5.792, em 17 de Agosto último, solicitar o pagamento da referida importância.-----

-----Face às informações da DP e da DAGF, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, pagar aos identificados cedentes a importância de €26.750,00 (vinte e seis mil setecentos e cinquenta euros).-----

-----30. TRANSPORTES/JUNTA DE FREGUESIA DE VÁRZEA – TÁXIS – ALTERAÇÃO DE CONTINGENTE: -----

-----Foi presente o ofício registado sob o número 3.641, em 14 de Maio findo, da Junta de Freguesia de Várzea, a solicitar que seja criado um lugar de táxi naquela freguesia. -----

-----Porque do contingente de táxis fixado no art.º 7.º do regulamento respectivo não consta qualquer veículo ligeiro afecto ao transporte ligeiro de passageiros em regime de aluguer na freguesia de Várzea, foram ouvidas as entidades representativas do sector sobre a sua eventual criação, em cumprimento do disposto no n.º 1, art.º 13.º, do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 41/2003, de 11 de Março, tendo a ANTRAL – Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros e a FPT – Federação Portuguesa de Táxi manifestado oposição à pretensão. -----

-----Face ao teor dos referidos pareceres e por considerar injustificada a criação do lugar pretendido, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido. -----

-----31. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA ISABEL DA CRUZ DUARTE – ISENÇÃO DE TAXAS: -----

-----Foi presente o requerimento registado sob o número 3.963, em 25 de Maio findo, de Maria Isabel da Cruz Duarte, residente em Póvoa, Rossas, a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de licença com vista à construção de anexo, a que se refere o processo de obras número 46/2010.-----

-----Face à informação da DEAS, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, por não estarem reunidos os pressupostos de que o regulamento para a concessão de prestações de natureza social faz depender a atribuição do apoio pretendido. -----

-----32. LICENCIAMENTO DE OBRAS/MARIA LÚCIA DUARTE PAIVA – ISENÇÃO DE TAXAS: -----

-----Foi presente o requerimento registado sob o número 4.659, em 29 de Junho findo, de Maria Lúcia Duarte Paiva, residente em Cavadas, Burgo, a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de licença para a alteração da habitação e anexo a que se refere o processo de obras número 45/2010.-----

07.09.2010

----- Face à informação da DEAS, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, por não estarem reunidos os pressupostos de que o regulamento para a concessão de prestações de natureza social faz depender a atribuição do apoio pretendido.-----

----- 33. DIVERSOS/CONCURSO “A MELHOR BROA CASEIRA 2010” – REGULAMENTO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o regulamento do concurso “A melhor broa caseira 2010”, a levar a efeito no âmbito da próxima edição da Feira das Colheitas, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

----- 34. DIVERSOS/CONCURSO ESCOLAR “DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” – REGULAMENTO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o regulamento do concurso escolar “Década da Educação para o desenvolvimento sustentável”, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

----- 35. DIVERSOS/PROJECTO INTEGRADO PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DO ENTRE DOURO E VOUGA:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara o Projecto Integrado para a Promoção da Acessibilidade do Entre Douro e Vouga, na parte que respeita a este Município, projecto esse mandado elaborar pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- 36. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE CHAVE – AUTO N.º 9: -----

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 9, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €161.633,80 (cento e sessenta e um mil seiscientos e trinta e três euros e oitenta cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.-----

----- 37. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DO BURGO – AUTOS N.º 41,42, 43, 44 E 45: -----

----- Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 41, 42, 43, 44 e 45, relativos à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente, €315,49 (trezentos e quinze euros e quarenta e nove cêntimos), €1.253,96 (mil duzentos e cinquenta e três euros e noventa e seis cêntimos), €2.012,36 (dois mil e

07.09.2010

doze euros e trinta e seis cêntimos), €42.586,95 (quarenta e dois mil quinhentos e oitenta e seis euros e noventa e cinco cêntimos) e €35.777,39 (trinta e cinco mil setecentos e setenta e sete euros e trinta e nove cêntimos). -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.-----

-----38. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE FERMEDO – AUTOS N.º 12 E 13: -----

-----Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 12 e 13, referentes à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente, €8.631,22 (oito mil seiscentos e trinta e um euros e vinte e dois cêntimos) e €11.723,73 (onze mil setecentos e vinte e três euros e setenta e três cêntimos).-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.-----

-----39. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE ESCARIZ – AUTOS N.º 30, 31, 32, 33, 34: -----

-----Foram presentes os autos de medição de trabalhos números 30, 31, 32, 33 e 34, referentes à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente, €12.832,61 (doze mil oitocentos e trinta e dois euros e sessenta e um cêntimos), €47.984,50 (quarenta e sete mil novecentos e oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), €9.532,63 (nove mil quinhentos e trinta e dois euros e sessenta e três cêntimos), €35.205,50 (trinta e cinco mil duzentos e cinco euros e cinquenta cêntimos) e €201.083,56 (duzentos e um mil e oitenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos).-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aqueles autos.-----

-----40. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/PÓLO ESCOLAR DE AROUCA – RECUPERAÇÃO DE TELHEIRO – AUTO N.º 1:-----

-----Foi presente o auto de medição de trabalhos número 1, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €21.465,36 (vinte e um mil quatrocentos e sessenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos).-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele auto.-----

-----III — OUTROS ASSUNTOS:-----

-----41. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXAS - REDUÇÕES: -----

-----O Vereador senhor Artur Miler propôs que a Câmara reconhecesse a urgência na deliberação imediata da proposta que pretendia apresentar no sentido de ser prevista a redução das taxas de IMI a aplicar a imóveis que possuam ou venham a possuir eficiência energética do tipo A ou A+, de modo a permitir o seu agendamento e discussão na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

07.09.2010

----- Discutido o assunto, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, não reconhecer a urgência pretendida, com abstenção do Vereador senhor António Cruz e o voto contra do proponente.-----

----- Na sequência da deliberação que antecede, o Vereador senhor Artur Miler apresentou para que ficasse a constar da acta a seguinte:-----

----- **“Recomendação para a inclusão de benefícios a conceder pelo IMI por forma a discriminar positivamente a construção sustentável.”**-----

----- As taxas do imposto municipal sobre imóveis fixadas no art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, são as seguintes: -

----- a) Prédios rústicos - 0,8%;-----

----- b) Prédios urbanos - 0,4% a 0,8%;-----

----- c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI - 0,2% a 0,5%;-----

----- Estabelece o n.º12 do citado artigo (*Aditado pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro*) que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 40.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.-----

----- Deste modo, propõe-se que a Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no nº 12, artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe, as seguintes reduções de taxa de IMI:-----

----- a) Redução de 25 % da taxa de IMI (Imposto Municipal de Imóveis) para imóveis que obtenham «Certificação Energética do tipo A»;

----- b) Redução de 50 % da taxa de IMI (Imposto Municipal de Imóveis) para imóveis que obtenham «Certificação Energética do tipo A + ou no âmbito do Programa 'liderA'»-----

----- **IV — INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

----- Nada a registar.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:**-----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.-----

----- Eram 18 horas e 45 minutos.-----

07.09.2010

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, _____, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi. -----